



Bolsas		Pontuação B3				Dólar		Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação		
Na segunda-feira		IBovespa nos últimos dias				Na segunda-feira		Últimos	Comercial, venda na segunda-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)		
0,09%	São Paulo	166.783				R\$ 5,201		10/agosto	R\$ 1.621	R\$ 6,022	13,90%	13,86%		
		166.783				(- 036%)		11/agosto						
		12/8		13/8		14/8		17/8					12/agosto	
													13/agosto	
													14/agosto	
0,51%	Nova York											5,179		
												5,193		
												5,219		

VAREJO

Ações da Casas Bahia desabam 33,3%

Após pedido de recuperação judicial, CEO da companhia, Renato Franklin, relata, em teleconferência, cenário difícil a partir de abril, e cita conflito entre EUA e Irã, alta do petróleo, juros e inflação. Declínio do grupo, no entanto, teve início há 3 anos

» PEDRO JOSÉ

As ações do Grupo Casas Bahia desabaram, ontem, após a empresa protocolar, no domingo, o pedido de recuperação judicial no último domingo. Os ativos fecharam em queda de 33,33%, valendo R\$ 0,44. No ano, as perdas chegam perto de 80%.

A verejista, que anunciou o fechamento de 298 lojas e demissão de três mil funcionários, atribui parte da deterioração financeira ao cenário macroeconômico, marcado por juros elevados, restrição de crédito, aumento dos custos de financiamento e redução do consumo de bens duráveis no país.

Ontem, durante teleconferência, o CEO da companhia, Renato Franklin, afirmou que a empresa passou a enfrentar um cenário econômico diferente a partir de abril, com impactos provocados pelo conflito entre Estados Unidos e Irã, pela alta do petróleo e pelo aumento das expectativas de inflação e da curva de juros.

Segundo Franklin, episódios de volatilidade relacionados ao período eleitoral também contribuíram para pressionar os juros e levaram à redução dos limites concedidos por algumas seguradoras, afetando a capacidade de compra da empresa junto aos fornecedores. “A evolução operacional não foi suficiente para bancar todos os passivos que temos no curso financeiro”, afirmou o CEO.

Para Rodrigo Rosário, especialista em mercado financeiro e sócio da VLG Investimentos, os juros elevados aumentam o desembolso com o serviço da dívida e dificultam a obtenção de novos financiamentos. “O crédito caro compromete a capacidade de refinanciamento — a empresa não consegue rolar seus vencimentos, ou só consegue a um custo proibitivo”, afirmou.

O especialista, porém, ressalta que a atual situação não surgiu apenas em razão do cenário econômico recente. Segundo Rosário, a empresa já enfrentava dificuldades financeiras antes do atual pedido de recuperação judicial.

Em 2024, o grupo havia

Divulgação



Grupo teve prejuízo de R\$ 10 bilhões no segundo trimestre deste ano e anunciou o fechamento de 298 lojas, com demissão de 3 mil empregados

recorrido a uma recuperação extrajudicial para reorganizar sua estrutura financeira. Na ocasião, aproximadamente R\$ 4,07 bilhões em dívidas financeiras sem garantia estavam em negociação com os bancos. O acordo previa a postergação do pagamento do principal, com manutenção dos pagamentos de juros e períodos de carência. Com o fim desses prazos, parte da pressão voltou a atingir a estrutura financeira da companhia.

Segundo o CEO da empresa, o objetivo da recuperação judicial é permitir que a companhia reorganize seus compromissos financeiros sem abandonar o processo de recuperação operacional. “O destino continua o mesmo: ter uma operação saudável e rentável, que a gente vem evoluindo. Mas ela é um instrumento para a gente poder realmente resolver os passivos

estruturais da companhia”, disse.

O executivo também afirmou que o mecanismo poderá permitir a obtenção de linhas de crédito de curto prazo e a monetização de determinados ativos, enquanto a companhia negocia de maneira organizada com os credores.

Aumento de processos

Para Pedro Ludovico, especialista em reestruturação de empresas e sócio do escritório Bento Muniz Lobo Ludovico Advocacia, a recuperação judicial é um processo universal. Deferido o processamento, todos os créditos anteriores ao pedido passam a se submeter ao processo, salvo as exceções legais, sobretudo os credores com garantia fiduciária.

“Vem acompanhada da suspensão das execuções por 180 dias, prorrogáveis uma vez, de

administrador judicial, de plano em 60 dias, de votação em assembleia por classes e, se o plano não vingar, de falência ao final. Saímos de R\$ 4,1 bilhões para R\$ 17,3 bilhões em obrigações declaradas,” explica.

O movimento ocorre em um ambiente de aumento dos processos de recuperação extrajudicial no Brasil. Segundo dados do Observatório Brasileiro de Recuperação Extrajudicial (OBRE), foram registrados 82 casos em 2025, maior número da série histórica iniciada em 2005. Em 2026, até o momento, já são 44 casos.

O número de registros passou de 17 em 2021 para 20 em 2022, 43 em 2023, 66 em 2024 e 82 em 2025. Entre 2021 e 2025, o crescimento foi de aproximadamente 382%. Desde 2005, o levantamento contabiliza 329 casos de recuperação

extrajudicial. Desse total, 272, ou 82,67%, ocorreram a partir de 2021, enquanto 57 foram registrados antes da reforma.

Para Rodrigo Rosário, a combinação entre juros elevados, crédito caro e dificuldades operacionais reduz significativamente a margem de recuperação de empresas que já apresentam uma estrutura financeira comprometida. “Sem dúvida, os juros foram determinantes para a deterioração da saúde financeira da empresa. Porém, cabe salientar que a Casas Bahia já vinha de um momento ruim há mais tempo”, afirmou o especialista.

Segundo ele, a recuperação judicial representa agora uma tentativa de reorganizar os passivos diante de um cenário em que a melhora da operação ainda não foi suficiente para compensar o peso das dívidas acumuladas.

Empresas endividadas

O número de empresas inadimplentes no Brasil atingiu, em junho de 2026, o maior patamar da série histórica, superando 9,1 milhões de CNPJs negativados. O valor total das dívidas chegou a R\$ 232,9 bilhões, segundo o estudo divulgado, ontem, pela Serasa Experian.

Em média, cada empresa inadimplente acumula 7,3 contas em atraso, com dívida média de R\$ 25.508,96 por CNPJ. O ticket médio das pendências é de R\$ 3.515,77. As micro e pequenas empresas são as mais afetadas pelo cenário e representam 8,6 milhões dos CNPJs inadimplentes e concentram 59,7 milhões de dívidas, que somam R\$ 201,4 bilhões. Cada micro ou pequena empresa inadimplente acumula, em média, 6,9 contas em atraso, com a dívida média de R\$ 23.181,56 por CNPJ, enquanto o ticket médio chega a R\$ 3.370,47.

Entre os segmentos, o setor de Serviços concentra a maior parcela das empresas inadimplentes, com 55,7% do total. O Comércio aparece na sequência, com 32,2%, seguido pela Indústria, com 8%, e pelo setor Primário, com 0,9%. Quando considerada a origem das dívidas, os Serviços também aparecem na primeira posição, responsáveis por 31,6% dos débitos. Bancos e cartões respondem por 19,5%, enquanto as Cooperativas representam 8,4%.

“Quando observamos a composição das dívidas, percebemos que boa parte da inadimplência empresarial continua ligada às necessidades de financiamento da própria operação. Em um ambiente de crédito restritivo, administrar essas obrigações torna-se mais complexo, especialmente para empresas que dependem de capital de giro para manter suas atividades”, explica Camila Abdelmalack, economista-chefe da Serasa Experian.

A Região Sudeste concentra o maior número de empresas negativadas. São Paulo lidera o ranking, com 3.126.658 CNPJs inadimplentes. Minas Gerais aparece em segundo lugar, com 907.558, seguido pelo Rio de Janeiro, com 874.385. (PJ)

POLÍTICA ECONÔMICA

Galípolo reforça juros restritivos, e Durigan cobra disciplina fiscal

» RAFAELA GONÇALVES

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, afirmou, ontem, que a política monetária deve permanecer restritiva para conter a inflação, diante de uma economia em que a demanda cresce acima da oferta. Durante a 27ª Conferência Anual do Banco Santander, em São Paulo, ele disse que a autoridade monetária não pretende usar a taxa básica de juros para estimular o consumo no curto prazo.

“Neste momento, o Banco Central não está pilotando a política monetária pensando em colocar a taxa de juros de uma maneira para colaborar com o crescimento puxado por mais consumo e mais demanda. A gente está muito mais

pensando em botar um patamar contracionista”, afirmou. Segundo Galípolo, o atual ciclo de juros está relacionado a fatores internos, como o crescimento da economia e da renda e a pressão da demanda sobre uma oferta que não avança no mesmo ritmo. “O que explica o ciclo da política monetária está muito mais relacionado com questões endógenas, com questões internas de você ter, por diversos indicadores, essa demonstração de um país que vem crescendo há alguns anos, puxado pela demanda, e isso acaba se revelando em uma pressão inflacionária”, disse.

O Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a Selic em 0,25 ponto percentual nas últimas quatro reuniões, de 15% para 14% ao

ano. Apesar dos cortes, Galípolo reforçou o caráter restritivo da política monetária.

Fiscal é desafio

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, colocou a responsabilidade fiscal no centro da estratégia econômica do governo. Na mesma conferência, ele afirmou que o controle das contas públicas é fundamental para reduzir o prêmio de risco do país e, consequentemente, criar condições para a queda dos juros. “A mesma intolerância que nós temos para a inflação alta, a gente tem que ter com a irresponsabilidade fiscal”, afirmou.

Para Durigan, a questão fiscal é um dos fatores sobre os quais o

governo possui maior capacidade de atuação. A construção de uma trajetória sustentável para a dívida pública, segundo ele, pode contribuir para melhorar a percepção dos investidores e reduzir o custo do dinheiro no país. “O desafio dos juros no Brasil é o grande desafio que nós temos. É o desafio do custo do dinheiro”, ponderou.

O ministro citou o arcabouço fiscal, mecanismos de limitação de despesas e medidas voltadas a conter o crescimento dos gastos obrigatórios como instrumentos para melhorar a trajetória das contas públicas. Segundo ele, duas novas travas aprovadas devem reduzir a pressão sobre as despesas obrigatórias em cerca de R\$ 10 bilhões já em 2026.

Antônio Cruz/Agência Brasil



Falando a investidores, Galípolo afirmou que juros seguirão restritivos